

**CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE
CHOPINZINHO-PR - EDITAL 014/2015**

DATA DA PROVA: 10/01/2016

PERÍODO DA PROVA: MANHÃ

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL 40 HORAS

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 75 (setenta e cinco) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de prova. Você poderá levar consigo o caderno de questões, desde que permaneça na sala até o final de período das 4 (quatro) horas;
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

Um brasileiro no coração das trevas

Nº Edição: 2320 | 09.Mai.14 - 20:50 | Atualizado em 28.Out.15 - 17:51

Por Yan Boechat (yan@istoe.com.br) (textos e fotos), enviado especial ao Congo

As primeiras horas da manhã da quinta-feira 17 de abril estavam especialmente quentes na densa floresta que serve de fronteira natural entre a República Democrática do Congo e Uganda. Antes de se embrenhar pela vereda de terra entre as árvores, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz retirou o colete à prova de balas e o capacete. “Se algo acontecer, é preciso ser ágil,” explicou. O caminho é perigoso, as emboscadas são comuns. O general tinha usado esse equipamento de mais de 15 quilos, capaz de segurar balas de fuzil AK-47, durante todo o trajeto de 40 quilômetros entre o batalhão da ONU na cidade de Beni e a trilha que o levaria a uma base rebelde conquistada pelo Exército congolês uma semana antes.

Santos Cruz vestia a farda camuflada das Forças Armadas brasileiras. No ombro esquerdo, a bandeira do Brasil. No direito, a palavra comandos, que em todo o mundo militar carrega o mesmo significado: ali está um soldado das tropas de elite, um cara durão, preparado para sobreviver na adversidade. Três pequenas estrelas costuradas nas pontas do colarinho o distinguem como um general de divisão. Além do FAL, o fuzil usado pelo Exército brasileiro há quase três décadas, Santos Cruz levava uma pistola Glock 9mm no coldre colado à coxa direita.

À medida que avançava, o acesso no terreno úmido da floresta tropical a poucos quilômetros ao sul da linha do Equador ia se estreitando. O sol logo desapareceu sob a copa das árvores. Santos Cruz teve a sensação de que estava na Amazônia. “É igual ao Brasil, não muda nada”, disse. Na longa marcha até a principal base conquistada do grupo inimigo, a paisagem dava ideia de como havia sido o combate: troncos perfurados por tiros, árvores derrubadas pelo impacto das RPGs, o chão coberto por um tapete metálico de cápsulas deflagradas. Cartazes escritos à mão indicavam a localização de minas e explosivos. Um pouco mais adiante, covas rasas ao lado da trilha ainda exalavam o cheiro forte dos corpos recém-enterrados pelos vencedores? Muitos foram queimados, outros enterramos aqui mesmo, é menos trabalho?, explicou um soldado congolês ao lado do amontoado de terra fofa onde as moscas tentavam encontrar caminho para chegar aos restos putrefatos dos inimigos.

Foram três horas de uma caminhada tensa. Com os rebeldes ainda a poucos quilômetros dali, o risco de uma emboscada não recomendava pausas para descanso. A tropa só parou ao chegar a Medina, um vilarejo improvisado no meio da floresta que o grupo radical islâmico ADF usava como uma de

suas maiores bases no Congo. Logo começaram a surgir da floresta centenas de soldados. Sujos e cansados, carregando colares de munição e armamento pesado, eles saudavam Santos Cruz. Pela primeira vez, viam naquele front de batalha um militar tão graduado da ONU. O general brasileiro apertou a mão dos oficiais que combateram os rebeldes islâmicos. Aos soldados, distribuiu cigarros congolezes baratos, comprados a US\$ 1 o maço.

http://www.istoe.com.br/reportagens/362169_UM+BRASILEIRO+NO+CORACAO+DAS+TREVAS, acesso em 07 de Nov. de 2015.

01) O título “Um brasileiro no coração das trevas” refere à:

- (A) Dificuldades enfrentadas pelo general Santos Cruz em uma luta na Amazônia.
- (B) Escuridão enfrentada pelo general Santos Cruz, que é brasileiro, durante uma batalha.
- (C) Três horas de caminhada realizada pelo general Santos Cruz, que se embrenha pela densa e úmida floresta até encontrar os soldados islâmicos.
- (D) Aventura do general Santos Cruz, estrangeiro naturalizado brasileiro que luta no exército do Brasil.
- (E) Muitas mortes, que ocorrem na Arábia Saudita, as quais são de responsabilidade do general Santos Cruz.

02) O General Cruz, durante o percurso durante na floresta:

- (A) Pensa na guerra e nas dificuldades enfrentadas pelos soldados durante os conflitos.
- (B) Procura ser ágil e pensa na aspereza da floresta, que é semente à floresta amazônica.
- (C) Sente-se muito confortável e nem percebe o calor e a umidade da floresta.
- (D) Pensa no que pode fazer para minimizar o sofrimento dos soldados islâmicos.
- (E) Faz reflexões em torno da inutilidade da guerra e dos sofrimentos que ela causa.

03) O termo CAPAZ, sublinhado na oração abaixo refere:

“O general tinha usado esse equipamento de mais de 15 quilos, capaz de segurar balas de fuzil AK-47”.

- (A) a Santos Cruz.
- (B) a general brasileiro.
- (C) ao soldado islâmico.
- (D) ao equipamento.
- (E) às balas.

04) Assinale a alternativa correta em relação aos tempos e modos dos verbos sublinhados na oração abaixo, na ordem em que aparecem:

“À medida que avançava, o acesso no terreno úmido da floresta tropical a poucos quilômetros ao sul da linha do Equador ia se estreitando. O sol logo desapareceu sob a copa das árvores”.

(A) pretérito imperfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo.

(B) pretérito imperfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo.

(C) pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo.

(D) pretérito imperfeito do indicativo, futuro do subjuntivo, presente do indicativo.

(E) pretérito imperfeito do indicativo, pretérito-mais-que-perfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo.

05) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente:

(A) protohistória, casar (tirar mandato).

(B) cazório, passa-tempo.

(C) estrangeiros, cassação.

(D) capacete, cosimento (aquecer).

(E) recém-enterrados, exceção.

06) A enfermeira Joy pesou 5 bebês e obteve peso médio de 2,950 quilos, por um descuido não anotou o peso de uma das crianças, mas como havia anotado o peso dos demais (3,200 ; 2,950 ; 3,100 ; 2,700 quilos) fez a dedução do peso do bebê que faltava, que é igual a:

(A) 2,750 quilos.

(B) 3,150 quilos.

(C) 2,920 quilos.

(D) 2,800 quilos.

(E) 3,125 quilos.

07) Com base na sequência numérica a seguir determine o sexto termo da sequência:

196 ;169 ;144 ;121 ; ...

(A) 115.

(B) 100.

(C) 81.

(D) 69.

(E) 49.

08) Em uma divisão de um prêmio em dinheiro três amigos decidiram que doariam uma parte a uma instituição de caridade, a divisão ficou da seguinte forma, 1/3 para Hugo, 25% para José e

1/5 para Luis, se o prêmio é de R\$ 300.000,00, qual o valor doado a instituição de caridade?

(A) R\$ 65.000,00.

(B) R\$ 40.000,00.

(C) R\$ 75.000,00.

(D) R\$ 80.000,00.

(E) R\$ 55.000,00.

09) Joana que trabalha no setor financeiro de uma empresa verificou que para a próxima semana tem 11 “boletos” para pagar, todos tem vencimento entre segunda e sexta-feira da semana seguinte, é necessariamente verdade que:

(A) Todos têm vencimento na segunda-feira.

(B) Sete deles vencem na sexta-feira.

(C) O de maior valor vence na quarta-feira.

(D) Ao menos três deles tem vencimento no mesmo dia da semana.

(E) A soma dos que vencem na quinta é superior a todos os demais.

10) Qual é a taxa aproximada de inflação em um país onde os preços dobram de valor em 6 meses?

(A) 8% ao mês.

(B) 9% ao mês.

(C) 10% ao mês.

(D) 11% ao mês.

(E) 12% ao mês.

11) O atual Brasão oficial do município de Chopinzinho/PR, mostra em seu centro:

(A) Um cavalo.

(B) Um chapéu.

(C) Uma cachoeira.

(D) Um pássaro.

(E) Uma araucária.

12) Nascido em Valença (BA), foi o primeiro presidente da Província do Paraná, ainda no período imperial. Estamos falando de:

(A) José Antonio Vaz de Carvalhaes.

(B) Manoel Antonio Ferreira.

(C) Luiz Francisco da Camara Leal.

(D) Agostinho Ermelino de Leão.

(E) Zacarias de Góes e Vasconcelos.

13) Recentemente, intenso debate no noticiário nacional girou em torno das pílulas de fosfoetanolamina sintética, a pílula com suposta ação contra o câncer, que vinha sendo produzida no Instituto de Química da USP de São Carlos. O químico, hoje professor

aposentado, que liderou as pesquisas iniciais desta substância foi:

- (A) Jarbas Barbosa.
- (B) Gilberto Orivaldo Chierice.
- (C) Luiz Edson Fachin.
- (D) Carlos Eduardo Delamare.
- (E) Magno Freitas de Andrade.

14) A tragédia ocorrida em Minas Gerais, no início de novembro de 2015, com o rompimento da barragem sob responsabilidade da empresa Samarco, teve como mais afetada a cidade de:

- (A) Arinos.
- (B) Januária.
- (C) Mariana.
- (D) Uberlândia.
- (E) Vitória.

15) A Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição Federal, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183. Seu objetivo é garantir o direito à cidade como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, para que todos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana oferece. Esta lei é conhecida como:

- (A) Estatuto da Cidade.
- (B) Plano Diretor.
- (C) Plano Plurianual.
- (D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) Lei Orçamentária Anual.

16) Acerca dos Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O poder discricionário é a prerrogativa legal conferida à Administração Pública para a prática de determinados atos administrativos com certa liberdade de escolha, com base em sua conveniência e oportunidade.
- (B) O poder regulamentar é prerrogativa conferida aos Chefes dos Poderes Executivos para expedir decretos e regulamentos, editando normas gerais e abstratas que permitam o cumprimento da lei.
- (C) Os institutos da delegação e avocação de competência decorrem do poder hierárquico.
- (D) Regra geral, as competências administrativas são delegáveis, comportando exceções como competências exclusivas, decisão de recursos e atos normativos.
- (E) Quando ocorre desvio de poder, há uma atuação do agente público sem competência ou que ultrapassa seu limite de competência. O ato será ilegal em razão de vício de competência.

17) A Lei 8.666/93, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre licitação, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (B) As licitações para execução de obras e para prestação de serviços obedecerão a seguinte sequência: projeto básico, projeto executivo e execução das obras e serviços.
- (C) É dispensável a licitação para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- (D) É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (E) No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, deverá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

18) O controle administrativo pode ser entendido como uma a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro. No que concerne ao tema em epígrafe, é CORRETO afirmar que:

- (A) De acordo com a Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de ser reconhecida sua responsabilidade subsidiária.
- (B) O controle de legalidade e legitimidade somente verifica a compatibilidade entre o ato e o disposto na norma legal positivada, sem contudo apreciar os aspectos relativos à observância obrigatória dos princípios administrativo.
- (C) Os atos administrativos podem ser anulados e revogados mediante o exercício do controle judicial.
- (D) O controle externo ocorre quando um Poder

exerce controle sobre os atos administrativos praticados por outro Poder, podendo citar como exemplo a apreciação das contas do Executivo e do Judiciário pelo Legislativo.

(E) O controle que as chefias exercem nos atos de seus subordinados dentro de um órgão público é considerado um controle externo.

19) Sobre o ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A presunção de legitimidade e de veracidade é requisito do ato administrativo.

(B) Consiste a autoexecutoriedade em atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública e com a intervenção do Poder Judiciário.

(C) A Imperatividade é atributo do ato administrativo e o distingue do ato de direito privado. Ainda, pode-se concluir que a Imperatividade está presente em todo ato administrativo.

(D) A decisão de revogação do ato administrativo possui efeitos *ex nunc*, isto é, não retroage.

(E) São anulados pelo Poder Judiciário, os atos administrativos inconvenientes e inoportunos.

20) Acerca da extinção do ato administrativo, pode-se afirmar que:

(A) Ocorre a cassação quando a retirada se deu em virtude de norma jurídica que tornou inadmissível a situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente.

(B) Não há possibilidade de renúncia quando o próprio beneficiário abrir mão de uma vantagem de que desfrutava.

(C) A cassação ocorre porque o destinatário descumpriu condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica.

(D) A caducidade se dá em virtude de transcorrer o prazo de cinco anos concedido para execução de atos administrativos.

(E) Nenhuma das alternativas está correta.

21) Assinale a alternativa que corresponde a uma hipótese de inexigibilidade de licitação:

(A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

(B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

(C) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base

no preço do dia.

(D) Para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

(E) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

22) Sobre as Autarquias, pode-se afirmar que:

(A) Possuem personalidade jurídica de direito público, são criadas por lei e possuem patrimônio e receita próprios.

(B) Possuem estreita relação com a Fundação, vez que ambas possuem personalidade jurídica de direito privado.

(C) Possuem personalidade jurídica de direito público, porém, não possui patrimônio e receita próprios.

(D) São órgãos da Administração Pública Direta, resultado da descentralização do poder administrativo.

(E) Não estão sujeitas a controle ou tutela, pois possuem patrimônio e receita próprios.

23) O município de Chopinzinho, unidade integrante do território do Estado do Paraná, é dotado de personalidade jurídica de direito público e goza de autonomia nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual. De acordo com o estabelecido na Lei Orgânica do Município de Chopinzinho, assinale a alternativa que corresponde a sua competência privativa:

(A) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora Federal e Estadual.

(B) Impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de artes e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural do Município.

(C) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

(D) Estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

(E) Promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

24) Assinale a alternativa que corretamente retrata a responsabilidade do Estado:

(A) A responsabilidade do Estado é sempre

objetiva; todavia, não há que se falar em ação de regresso.

(B) O Estado responde independentemente de culpa, isto é, possui uma responsabilidade subjetiva, com direito ressalvado de ação de regresso.

(C) O Estado não pode ser responsabilizado na esfera cível, devendo o autor, nesse caso, propor ação diretamente contra o servido público.

(D) A responsabilidade do Estado é objetiva, ou seja, independe de comprovação de culpa/dolo. Ainda, é ressalvado seu direito de ação de regresso, quando então deverá comprovar a culpa/dolo do agente.

(E) A ação de regresso não pode ser proposta na esfera civil.

25) A respeito das normas constitucionais para os servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

(B) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

(C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

(D) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

(E) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

26) A Lei Complementar 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disciplina a destinação de recursos públicos para o setor privado. Sobre o assunto assinale a alternativa CORRETA:

(A) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

(B) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres serão inferiores aos definidos em lei ou

ao custo de captação.

(C) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas não precisa ser autorizada por lei específica, deve apenas atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

(D) Na destinação de recursos públicos para o setor privado, não está incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos.

(E) A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, não necessitando serem constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional.

27) Os Direitos Políticos ou Direitos de Cidadania são o conjunto dos direitos atribuídos ao cidadão, que lhes permite, através do voto, do exercício de cargos públicos ou da utilização de outros instrumentos constitucionais e legais, ter efetiva participação e influência nas atividades de governo. De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

(B) Exige-se a idade mínima de trinta anos para elegibilidade de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

(C) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

(D) A principal distinção entre Referendo e Plebiscito é que o primeiro é convocado previamente à criação do ato legislativo ou administrativo que trate do assunto em pauta, e o Plebiscito é convocado posteriormente, cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta.

(E) Regra geral, para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

28) A ação declaratória de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, NÃO poderá ser proposta:

(A) Pelo Governador do Distrito Federal.

(B) Pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

(C) Pelas entidades de classe de âmbito nacional.

(D) Pela Mesa da Câmara Legislativa.

(E) Pela Confederação Sindical.

29) Constitui competência privativa da União legislar sobre:

- (A) Águas, energia e trânsito.
- (B) Direito Econômico, águas e energia.
- (C) Previdência social, energia e trânsito.
- (D) Trânsito, Previdência social e direito econômico.
- (E) Previdência social, direito econômico e águas.

30) No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a assertiva INCORRETA:

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- (C) Não há previsão de pena de morte no Brasil.
- (D) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias.
- (E) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

31) A Constituição Federal de 1988 pode ser classificada como:

- (A) Flexível, codificada, outorgada e concisa.
- (B) Flexível, legal, outorgada e concisa.
- (C) Rígida, codificada, promulgada e prolixa.
- (D) Flexível, legal, promulgada e prolixa.
- (E) Rígida, codificada, outorgada e concisa.

32) “Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos”.

Esse trecho refere-se especificadamente a seguinte medida:

- (A) Mandado de Injunção.
- (B) Mandado de Segurança Individual.
- (C) Ação Popular.
- (D) Ação Civil Pública.
- (E) Mandado de Segurança Coletivo.

33) De acordo com a Constituição Federal de 1988, regra geral, são considerados brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; e os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. De acordo com as normas constitucionais, o brasileiro naturalizado poderá ocupar o cargo público de:

- (A) Presidente do Senado Federal.
- (B) Vice-Presidente da República.
- (C) Deputado Federal.
- (D) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Oficial das Forças Armadas.

34) Com a Constituição de 1988, o Tribunal de Contas da União teve a sua jurisdição e competência substancialmente ampliadas. Recebeu poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Sobre as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Só terão eficácia se confirmadas em posterior processo administrativo.
- (B) Constituirão mero início de prova para propositura de ação de cobrança.
- (C) Não terão qualquer eficácia, pois possuem mero conteúdo declaratório.
- (D) Não terão qualquer eficácia, pois são produzidas unilateralmente.
- (E) Terão eficácia de título executivo.

35) Sobre a organização e estrutura do Poder Legislativo, pode-se afirmar que:

- (A) O Poder Legislativo dos Estados é constituído sob o regime bicameral.
- (B) É competência privativa do Senado Federal

aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

(C) Cada Senador será eleito com um suplente.

(D) O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas na Constituição Federal.

(E) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Assembleia Legislativa e do Senado Federal.

36) Princípio administrativo que estabelece que toda ação administrada deve ser orientada para concretização material e efetiva da finalidade posta pela lei, segundo os cânones jurídico-administrativo. Impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social.

O trecho acima se refere ao princípio administrativo da:

- (A) Motivação.
- (B) Eficiência.
- (C) Eficácia.
- (D) Legalidade.
- (E) Impessoalidade.

37) As alternativas a seguir apresentam condições que gerariam vacância do cargo público, à exceção de uma. Assinale-a:

- (A) Licença para trato de interesse particular.
- (B) Aposentadoria.
- (C) Falecimento.
- (D) Promoção.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

38) Em relação à temática do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O controle difuso de constitucionalidade pode ser exercido por qualquer pessoa.
- (B) O controle concentrado refere-se a algo contrário à Constituição Federal e o foro competente será o Supremo Tribunal Federal, e quando estadual, será o Tribunal de Justiça.
- (C) O efeito produzido pelo controle concentrado será *erga omnes* e vinculante.

(D) O Presidente da República possui legitimidade para propor Ação direta de inconstitucionalidade e Ação declaratória de constitucionalidade.

(E) Para modulação dos efeitos *ex tunc* para o *ex nunc* é necessário demonstrar relevante interesse público e manifestação de um terço do tribunal.

39) Sobre a concessão de serviços públicos, assinale a assertiva INCORRETA:

(A) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido em Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

(B) Não extingue-se a concessão por falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

(C) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência.

(D) O serviço é outorgado por lei e delegado por contrato.

(E) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

40) Constituem fundamentos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- (A) Garantia do desenvolvimento nacional.
- (B) A cidadania.
- (C) A soberania.
- (D) O pluralismo político.
- (E) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

41) Com relação aos Interesses individuais, coletivos, difusos e homogêneos, assinale a assertiva CORRETA:

(A) Os interesses ou direitos difusos, podem ser entendidos como aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

(B) Os interesses ou direitos coletivos não compreendem os transindividuais, mas somente aquele que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

(C) Os interesses ou direitos individuais homogêneos não são decorrentes de origem comum.

(D) Os interesses ou direitos difusos, podem ser entendidos como aqueles transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas

indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
(E) Os interesses ou direitos difusos possuem plena determinação dos sujeitos titulares.

42) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às Cominações da Lei 8429/92, até:

- (A) Um terço do valor da sucessão.
- (B) O limite do valor da herança.
- (C) O total do valor da herança.
- (D) Dois terços do valor da sucessão.
- (E) A metade do valor da herança.

43) Sobre as garantias e as contragarantias, previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas.
- (B) Não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente.
- (C) A contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.
- (D) É permitido às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

44) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Abaixo estão listados alguns poderes pertencentes à CPI, EXCETO:

- (A) Determinar quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal.
- (B) Decretar medidas cautelares, como arresto, sequestro e indisponibilidade de bens, bem como determinar a interceptação telefônica.
- (C) Proceder à oitiva de indiciados e testemunhas.
- (D) Realizar prisão em flagrante delito.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

45) Pelo princípio do devido processo legal:

- (A) Permite-se à Administração Pública que proceda contra certa pessoa passando diretamente

à decisão que repute cabível.

- (B) É assegurada a não desapropriação dos bens dos administrados.
- (C) São assegurados o contraditório e a ampla defesa aos administrados.
- (D) O processo deverá seguir o trâmite estabelecido em lei, sob pena de nulidade.
- (E) No processo administrativo não caberá defesa nem contraditório.

46) Sobre a formalização dos contratos administrativos é CORRETO afirmar:

- (A) Quando não for obrigatório, o instrumento do contrato pode ser substituído, dentre outros documentos, pela nota de empenho de despesa.
- (B) A ordem de execução de serviço não é instrumento hábil a substituir o instrumento do contrato, mesmo quando este não seja obrigatório.
- (C) O contrato verbal com a Administração é permitido na modalidade convite, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.
- (D) A minuta do futuro contrato não precisa integrar o edital ou ato convocatório da licitação na modalidade tomada de preços.
- (E) A eficácia do contrato administrativo independe da sua publicação na imprensa oficial.

47) A respeito dos bens públicos, apenas pode ser afirmar que:

- (A) São bens de uso comum aqueles destinados ao uso indistinto de toda a população, como por exemplo, rios, ruas, e praça.
- (B) Regra geral, os bens públicos são inalienáveis, impenhoráveis e não podem ser adquiridos por usucapião.
- (C) Bens públicos de uso especial são aqueles destinados a uma finalidade específica, como por exemplo, teatros, escolas, fóruns e repartições públicas em geral.
- (D) A afetação consiste em conferir ao bem público uma destinação.
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

48) No que concerne a vigência e aplicação da Lei no espaço e no tempo, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- (B) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (C) Conforme regra geral estabelecida na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora

perdido a vigência.

(D) A lei do país em que domiciliada a pessoa não determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

(E) O casamento de estrangeiros não poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.

49) Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos, EXCETO:

(A) Haver sido proferida por juiz competente.

(B) Ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

(C) Ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

(D) Estar traduzida por intérprete autorizado.

(E) Terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia.

50) “Os direitos da personalidade são direitos considerados essenciais à pessoa humana, que a doutrina moderna preconiza e disciplina, a fim de resguardar a sua dignidade”. Sobre a temática, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, não comportando exceção.

(B) É inválida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

(C) Pode usar o nome alheio em propaganda comercial, prescindido prévia autorização.

(D) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

(E) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, sem, contudo, poder reclamar perdas e danos.

51) O negócio jurídico é o ato jurídico com finalidade de criar, modificar, conservar ou extinguir direitos. Assinale a alternativa que contém os requisitos para validade do negócio jurídico:

(A) Agente capaz, possibilidade jurídica do pedido, formalidade.

(B) Capacidade das partes, forma escrita e objeto lícito.

(C) Agente capaz, objeto lícito, possível, indeterminado, forma prescrita ou não defesa em lei.

(D) Objeto possível, personalidade jurídica e formalidade legal.

(E) Agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

52) Sobre a invalidade do negócio jurídico, pode-se afirmar que:

(A) A nulidade produz efeito *ex tunc*, isto é, não retroage. Ainda, a alegação de nulidade não possui prazo, podendo ser reconhecida de ofício pelo Juiz, pelo Ministério Público ou pelas partes.

(B) A anulabilidade atinge majoritariamente interesse das partes, produzindo efeito *ex nunc*.

(C) A alegação de nulidade pode ser feita pela própria parte, desde que dentro do prazo decadencial de quatro anos para vício ou incapacidade e dois anos para hipóteses de omissão da lei.

(D) A falta do preenchimento de qualquer um de seus requisitos, tornará o negócio jurídico inválido, sendo que a lei estabelece três espécies de invalidade: anulabilidade, nulidade e revogação.

(E) A nulidade não pode ser reconhecida de ofício pelo juízo, podendo, todavia, ocorrer conversão substancial.

53) Assinale a alternativa que estabelece afirmação correta em relação aos institutos da prescrição e da decadência:

(A) A prescrição pode ser alegada até o segundo grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

(B) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.

(C) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

(D) A prescrição ocorre em quinze anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

(E) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

54) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Sobre tal instituto pode-se afirmar:

(A) Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

(B) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência sem ânimo definitivo.

(C) Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu, a primeira residência constituída.

(D) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, dispensando a intenção de mudar.

(E) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, somente a sede será considerada domicílio.

55) A vontade é a mola propulsora dos atos e dos negócios jurídicos. Essa vontade deve ser manifesta ou declarada de forma idônea para que o ato tenha vida normal na atividade jurídica e no universo negocial. Desse modo, os defeitos no negócio jurídico geram a sua invalidade. Sobre os vícios de consentimento, pode-se afirmar EXCETO:

(A) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

(B) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

(C) O dolo acidental não obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

(D) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

(E) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

56) Jurisdição é o poder que o Estado detém para aplicar o direito a um determinado caso, com o objetivo de solucionar conflitos de interesses e com isso resguardar a ordem jurídica e a autoridade da lei. Sobre essa temática, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Pelo princípio do acesso à justiça, o Estado só exercerá a atividade jurisdicional se for devidamente provocado.

(B) Por se tratar de um ato de poder, o juiz exerce a jurisdição dentro de um limite espacial sujeito à soberania do Estado, limite este consagrado pelo princípio da investidura.

(C) Não há previsão legal para jurisdição voluntária em nosso sistema.

(D) A jurisdição pode ser classificada como contenciosa, ou seja, quando existe lide e o Estado atua na solução de um conflito; e voluntária, quando não existe lide e o Estado atua na administração do interesse das partes.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

57) O Ministério Público é uma instituição independente que cuida da proteção das liberdades civis e democráticas, buscando com sua ação assegurar e efetivar os direitos individuais e sociais indisponíveis, como sua missão constitucional. Acerca do Ministério Público e sua atuação no âmbito do direito civil, é CORRETO afirmar que:

(A) O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.

(B) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

(C) Compete ao Ministério Público intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra urbana e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

(D) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação, sem, contudo, na falta de intimação, incorrer em nulidade do processo.

(E) Nas causas em que há interesses de incapazes, prescinde a intervenção do Ministério Público.

58) Assinale a alternativa INCORRETA, em relação a extinção do processo:

(A) Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando ocorrer confusão entre autor e réu.

(B) A convenção de arbitragem implica extinção do processo com resolução do mérito.

(C) Haverá resolução de mérito quando as partes transigirem.

(D) Quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual, extingue-se o processo sem resolução do mérito.

(E) Quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação, haverá extinção com resolução do mérito.

59) Com referência à intimação e à certidão de intimação, está INCORRETO afirmar, de acordo com o que determina o Código de Processo Civil:

(A) A certidão de intimação deve conter a indicação do lugar e a descrição da pessoa intimada, mencionando, quando possível, o número de sua carteira de identidade e o órgão que a expediu.

(B) A certidão de intimação deve conter a declaração de entrega da contrafé.

(C) A intimação pelo correio não é admitida caso frustrada a realização do ato pelo oficial de

justiça.

(D) A certidão de intimação deve conter a nota de ciência ou certidão de que o interessado não a apôs no mandado.

(E) Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.

60) Com relação aos recursos cíveis, assinale a assertiva CORRETA:

(A) O recurso Agravo Retido cabe contra decisão interlocutória, e seu prazo para interposição é de 10 dias.

(B) Os embargos infringentes são cabíveis contra decisão que contenha obscuridade, contradição ou omissão.

(C) Os recursos possuem duas fases: juízo de admissibilidade e juízo de mérito. No recurso de apelação, a admissibilidade e o juízo de mérito são efetuados pelo tribunal.

(D) Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

(E) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

61) O recurso adesivo ou subordinado tem cabimento na hipótese de sucumbência recíproca em que uma das partes, até então conformada com a decisão judicial prolatada, diante do recurso interposto pela parte contrária, opta por também impugná-la. Assinale o recurso abaixo que propicia o recurso adesivo:

(A) Embargos Infringentes.

(B) Agravo de Instrumento.

(C) Embargos de divergência.

(D) Embargos de declaração.

(E) Todos os recursos propiciam o recurso adesivo.

62) Os elementos da ação se prestam a identificá-la, a fim de verificar a existência de fenômenos como a litispendência, conexão e continência. Sobre os elementos da ação, é CORRETO afirmar que:

(A) Na doutrina majoritária, nomeia-se a espécie de tutela jurisdicional como pedido imediato, e o bem da vida como pedido mediato.

(B) Não se adquire qualidade de parte de maneira voluntária, como nos casos de recurso de terceiro prejudicado.

(C) O fundamento jurídico não compõe a causa

de pedir.

(D) O pedido imediato diz respeito ao aspecto material, enquanto o pedido mediato, ao aspecto processual.

(E) São elementos da ação a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.

63) Sobre a suspensão do processo pode-se afirmar EXCETO:

(A) Suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.

(B) A convenção entre as partes suspende o processo.

(C) Suspende-se o processo quando for oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal.

(D) A oposição de exceção de suspeição ou impedimento do juiz suspende o processo.

(E) A suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder 120 dias.

64) O Código de Processo Civil faculta ao vencedor de determinado processo e/ou procedimento judicial a possibilidade de executar provisoriamente uma decisão. A execução é provisória:

(A) Quando o devedor não é localizado.

(B) Quando fundada em sentença impugnada mediante recurso recebido só no efeito devolutivo.

(C) Quando fundada em título executivo extrajudicial.

(D) Quando fundada em sentença impugnada mediante recurso recebido em ambos os efeitos.

(E) Quando fundada em título executivo judicial.

65) Sobre os mecanismos de alienação de bens penhorados, pode-se afirmar EXCETO:

(A) Na adjudicação o bem penhorado ficará para o credor.

(B) A alienação pode se dar por iniciativa das partes.

(C) No edital de hasta pública deverá constar o valor do bem.

(D) O leilão ocorre para alienação de bens móveis e a praça, para bens imóveis.

(E) A carta de arrematação dispensa a prova de quitação do imposto de transmissão.

66) Sobre as fraudes do devedor, assinale a alternativa CORRETA:

(A) Para que se configure a fraude contra credores, dois requisitos são exigidos: um de

caráter objetivo, qual seja, que a alienação tenha conduzido a uma diminuição patrimonial do devedor que tenha piorado ou criado um estado de insolvência; e outro, subjetivo, ligado a intenção do devedor de provocar sua redução patrimonial até o estado de insolvência.

(B) A fraude a execução prejudica os credores e a própria função jurisdicional do Estado-Juiz. Conquanto, sua configuração prescinde ciência do devedor da existência de ação judicial.

(C) A fraude do bem constrito judicialmente ocorre somente quando há alienação ou oneração de bem penhorado.

(D) O instituto da fraude a execução, expressamente previsto Código de Processo Civil, possui rol taxativo quanto a sua ocorrência.

(E) As chamadas fraudes do devedor são divididas em duas espécies: fraude contra credores e fraude à execução.

67) Os embargos do devedor, também chamados de embargos à execução, são o meio processual de defesa do executado na ação de execução de um título executivo. Os embargos do devedor:

(A) Serão recebidos no efeito suspensivo, conforme regra geral.

(B) Serão oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.

(C) Deverão, necessariamente, ser opostos após garantia do juízo.

(D) Não podem ser rejeitados liminarmente, exigindo sempre julgamento meritório das razões aduzidas nos autos.

(E) Serão oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data de citação do executado.

68) A execução por quantia certa tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor. Assinale a alternativa CORRETA:

(A) No prazo de três dias após a juntada do mandado de citação nos autos, o executado poderá reconhecer o crédito do exequente, e, comprovando o depósito de 30% do valor exequendo, inclusive custas e honorários de advogado, requerer o pagamento do valor em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.

(B) Na hipótese de a penhora já ter ocorrido antes do prazo para o executado pedir o parcelamento, a constrição será desfeita.

(C) Se o devedor for casado e o outro cônjuge, assumindo a responsabilidade por dívidas, não possuir bens próprios que bastem ao pagamento de todos os credores, será defeso a declaração de

insolvência de ambos.

(D) No prazo de embargos, o executado poderá reconhecer o crédito do exequente, e, comprovando o depósito de 30% do valor exequendo, inclusive custas e honorários de advogado, requerer o pagamento do valor em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.

(E) A declaração de insolvência não pode ser requerida pelo credor quirografário.

69) Sobre a extinção da execução, pode-se afirmar apenas que:

(A) Extingue-se a execução quando o devedor satisfaz a obrigação.

(B) Extingue-se a execução quando o devedor obtém, por transação ou por qualquer outro meio, a remissão total da dívida.

(C) Extingue-se a execução quando o credor renunciar ao crédito.

(D) A extinção só produz efeito quando declarada por sentença.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

70) As ações cautelares consistem em providências que conservem e assegurem tanto bens, quanto provas e pessoas, eliminando a ameaça de perigo, seja atual ou iminente, e irreparável. Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A ação cautelar pode ser típica ou atípica.

(B) Admite-se a propositura de cautelar de modo preparatório.

(C) A cautelar incidental será distribuída de forma independente.

(D) As medidas cautelares podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas.

(E) No procedimento das medidas cautelares não caberá a reconvenção.

71) Clóvis foi condenado em sentença de primeiro grau a efetuar o pagamento de determinada quantia em dinheiro a Roberto. Assim, Clóvis interpôs recurso á sentença, mas antes mesmo do julgamento da apelação, adotou uma série de providências para alienar todos os seus bens. Roberto teve ciência da atitude de Clóvis e verificou que isso poderá frustrar o cumprimento da sentença, caso seja ela mantida pelo tribunal. A medida cautelar específica que deverá ser requerida por Roberto é:

(A) Justificação.

(B) Sequestro.

(C) Produção antecipada de provas.

(D) Busca e apreensão.

(E) Arresto.

72) Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida. Sobre a consignação em pagamento, é correto afirmar EXCETO:

- (A) A consignação tem lugar se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma.
- (B) Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, tanto que se efetue o depósito, os juros e os riscos, salvo se for julgada improcedente.
- (C) Tratando-se de prestações periódicas, uma vez consignada a primeira, pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que os depósitos sejam efetuados até 10 (dez) dias, contados da data do vencimento.
- (D) A ação de consignação em pagamento deverá ser proposta no local do cumprimento da obrigação, salvo se houver eleição de foro.
- (E) A consignação em pagamento pode ser efetuada de modo extrajudicial, tratando-se de obrigação em dinheiro. Poderá o devedor ou terceiro proceder o depósito em casa bancária oficial, cientificando o credor por carta para que, no prazo de 10 (dez) dias levante a referida quantia ou expressamente manifeste o motivo da recusa.

73) Assinale a alternativa que NÃO apresenta procedimento de jurisdição voluntária:

- (A) Tutela e curatela.
- (B) Caução.
- (C) Codicilos.
- (D) Testamentos.
- (E) Divórcio consensual.

74) Sobre os Embargos de Terceiro, pode-se afirmar:

- (A) Não se admite Embargos de Terceiro para o credor com garantia real obstar alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese.
- (B) Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias.
- (C) Os embargos serão distribuídos de forma independente e correrão perante o mesmo juiz que ordenou a apreensão.
- (D) Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença, e, no processo de execução, até 5 (cinco) dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
- (E) Os embargos podem ser de terceiro senhor e possuidor, mas não apenas de possuidor.

75) É impedido o Juiz, no processo contencioso ou voluntário:

- (A) Quando alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
- (B) Quando for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- (C) Quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
- (D) Quando interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha.
- (E) Quando amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

Destaque aqui -----

ANOTE AQUI SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75					